A fundação de Campinas na opinião de seu historiador

A data da fundação de Campinas, convencionada por alguns como sendo o dia de hoje, ainda é viva controversia. A respeito, ouvimos ontem a opinião de João Batista de Sá (Jolumá Brito), autor da História de Campinas, que sustenta parecer de que "a notícia de que o Instituto Histórico teria pôsto fim à controversia sobre a data da fundação de Campinas não tem o mínimo fundamento".

OPINIAO DO HISTORIADOR

A opinião do historiador de Campinas, João Batista de Sá, a propósito da questão, está assim redigida:

"Segundo exposição que fiz perante a Câmara Municipal de Campinas, somente o documento escrito, na opinião insuspeita de um dos maiores historiadores do mundo, Foustel de Coulanges, é que tem valor. E a própria Comissão adotou esse parecer, redigiu-o em seu relatório que não foi assinado por mim, porque para isso não fui procurado. De maneira que a notícia de que o Instituto Histórico teria pôsto fim à controversia sobre a data da fundação de Campinas não tem o mínimo fundamento, uma vez que os seus historiadores consultados, optaram em que conclua seu trabalho pela aceitação da data tradicionalmente adotada naquela cidade.

A tradição, no caso, não pode, nem deve ser aceita pela edilidade campineira. Lembra-mo-nos, então, do documento, o único documento em que a

comissão se fundamenta e orienta para afirmar que "14 de Julho de 1774" é a data da fundação de Campinas. Trata-se de um "retrato" de uma ata que não se sabe quem redigiu, não tem letra e muito menos firma reconhecida, por que é um papel apócrifo que não pode servir de base para uma Casa de Leis e muito menos ser junto a uns autos para servir de base à posteridade. Ainda que, para argumentar, apenas esse "retrato infiel" tivesse sido assinado ou sua letra reconhecida, estão poderemos nele ler que a data da suposta fundação da cidade seria Doze de Julho e nunca Catotze como desejam os que firmaram o relatório feito pelo dr. Alfredo Gomes Júlio.

É possível, pergunto, que a Comissão se oriente por tal documento para firmar opinião respeitável?

Ademais, acrescente-se que Francisco Barreto Leme foi nomeado Fundador da Cidade de Campinas em 27 de Maio de 1774, isto é um mês e catorze dias antes da data de 14 de Julho de 1774! Então concebe-se que primeiro tenha sido Barreto Leme nomeado fundador para depois fundar a cidade? A verdade incontestável é que Campinas em 1773 já era freguesia, segundo seus melhores historiadores, quando, então, foi o arraial elevado a categoria com o nome de Nossa Senhora da Conceição de Campinas ou dos Campinhos do Mato Grosso. E quando se celebrou a primeira missa na atual matriz do Carmo, a igreja não estava nem coberta, porque a mesma foi inaugurada em 25 de julho de 1781! Quer isso dizer que quando Barreto Leme foi efetivamente nomeado fundador de Campinas já a mesma tinha vida própria, e por isso, com a doação que fez do rocio da cidade, obteve sua nomeação, feita pelo então Governador da Capitania de São Paulo.

Quando apresentei á Comissão o único documento escrito que tem valor de lei para coisas de historia, e que se refere ao pedido da sesmaria feito por Antônio da Cunha Abreu ao representante da coroa portuguesa em S. Paulo, essa mesma Comissão o reftou dizendo que as cartas emitidas entre 7 de agosto de 1728 (a primeira) até 15 de fevereiro de 1754 (a última anterior à da fundação) que as mesmas não foram confirmadas — inclusive aquela que apontei como o único documento com valor legal perante historiado-

res. Queria a comissão da Câmara Municipal que eu provasse que Antônio da Cunha Abreu havia se mudado para cá, a fim de que o documento fôsse aceito como válido. Como na ocasião em que se debatia o assunto não tinha a confirmação em meu poder, esperei ocasião oportuna para apresentá-lo, o que não me foi permitido, conforme disse, porque a Comissão não me procurou para esse fim, quando tinha a obrigação de fazê-lo. No entanto, o próprio orientador e entendedor da matéria que discutimos é quem afirma, por escrito, que esse papel forma lei e foi aceito por ele, Teodoro de Souza Campos Junior, quando, na Monografia Histórica de Campinas, escreveu referindo-se as sesmarias concedidas a Campinas futura: "A primeira de que há referencia no território de Campinas tocou a Antônio da Cunha Abreu e fazia pião justamente onde hoje é o centro da cidade, tendo sido concedida a 27 de Maio de 1728 (data em que entendo ser a fundação de Campinas), reafirma que foi a concessão ao mesmo sesmeiro e a seu conchunhado João Bueno da Silva (sobrinho do Anhanguera) em 15 de novembro de 1728".

Mais adiante escreve o prezado companheiro Teodorinho: "O capitão-general Antônio da Silva Caldeira Pimentel, atendendo a essa súplica, concedeu-lhe uma légua de terras em quadra "fazendo pião no campinho maior, que fica em meio dos dois que alega". Note-se que este documento está devidamente registrado em "Sesmarias", vol. II, pag. 528. Publicação Oficial do Arquivo do Estado de São Paulo).

E, mais adiante, escreve o notável historiador que é o senhor Teodoro de Souza Campos Junior: "Pois bem, foi na Sesmaria concedida a Antônio da Cunha Abreu que se veio estabelecer, em data que nenhum documento consigna, mas fixada pela tradição "que pusemos de lado para não ofender os princípios da Comissão) justamente considerada fundador de Campinas".

Isso foi o que escreveu o sr. Teodoro de Souza Campos Junior, reconhecendo, portanto, a validade do documento a que ele quer negar agora, foros de lei!

Não há duvida, portanto, de que a data de fundação de Campinas deve partir da concessão da primeira sesmaria, confirmada posteriormente, concluindo eu por afirmar que, claramente, a data de fundação de Campinas é 17 de maio de 1728 — concluiu o nosso entrevistado.

Com o documento sem valor do Instituto Histórico de S. Paulo, com o "retrato" de uma ata que não tem letra reconhecida nem foi firmado por ninguém, sendo portanto, apócrifo, com a nomeação de Barreto Leme 1 mês e 14 dias antes dele ser nomeado fundador de Campinas, com a apresentação do documento legalmente registrado como o Único Válido para que se firme opinião, acredito que a Ilustrada Câmara Municipal de Campinas há de concordar com meu ponto de vista baseado em prova irrefutável e estribada num documento que não se pode contestar.

as bem" EUA

Planeja- de comu- s essen- feitas (e prof. 5 heras bitorial- terial ine- tti- ra e

Diário das Escolas

UTO DE AO GOMES

o curso gina- Instituto de Gomes po- onhecimento do bimes- m afixa- tas do as con- do o unda ho-